

## Celso Furtado, 100 Anos: *ABC da Dívida Externa* (1989)

IVAN COLANGELO SALOMÃO (\*)

A crise econômica dos anos 1980 não encerrou apenas um ciclo de crescimento vigoroso de quase cinco décadas, mas representou o esgotamento de um modelo de desenvolvimento inaugurado ainda no primeiro governo Vargas (1930-1945). A sucumbência do desenvolvimentismo trouxe consigo novos desafios aos gestores de política econômica. Penúria fiscal, inflação renitente e, sobretudo, estrangulamento externo fizeram do crepúsculo da ditadura militar um lustro do qual o povo deveria, de fato, se esquecer.<sup>1</sup> Se cotejada com a contemporaneidade, no entanto, é possível que, futuramente, a alcunha pouco lisonjeira com que a historiografia se refere àquele decênio esteja arrolada no panteão das injustiças históricas. Perdida ou não, a década de 1980 testemunhou, com efeito, transformações estruturais na política, na economia e na sociedade brasileiras.

Tratou-se da época em que se registrou a primeira queda do PIB na história estatisticamente documentada do país (-4,25%, em 1981). Além disso, assistiu-se à explosão inflacionária que, entre 1986 e 1994, praticamente inutilizou diferentes moedas nacionais como meio de troca. Como se não bastasse, viabilizou a emersão de políticos e políticas de claro apelo demagógico, retardando o exercício pleno da cidadania no país que recém se redemocratizara. Não por acaso, foi o período a que Furtado (1983, p. 13) se referiu como o “da mais severa crise da história republicana brasileira”.

Trata-se, esta, da conjuntura em que Celso Furtado publicou possivelmente o mais político de seus livros de

economia. Reconhecido por seu comedimento ao abordar assuntos daquela natureza, o autor não se furtou ao emprego de termos e argumentos incisivos ao explicar a natureza da crise econômica por que passava o país naquele momento.<sup>2</sup> Publicado em 1989, *ABC da Dívida Externa* responsabiliza diretamente o regime militar pela controversa estratégia de endividamento externo levada a cabo desde o final dos anos 1960.



**ABC da dívida externa**  
(Paz e Terra, 1989).

Em sua opinião, tal irresponsabilidade dificilmente teria ocorrido se as instituições democráticas estivessem operando em sua completude. Atuando “fora do controle do Congresso, da imprensa, da opinião pública”, porém, os governantes “encheram-se de ilusões em um clima de facilidades, imaginando-se em uma ilha de prosperidade em meio à crise geral” (1989, p. 24).

As consequências da miragem insular foram registradas pelo tribunal da história; os efeitos da interdição do debate público também são amplamente conhecidos, ainda que nem sempre devidamente rechaçados. Oportunas, e infelizmente atuais, as doze primeiras palavras com que o autor abre o livro fazem-se tão lacônicas quanto eloquentes no Brasil de 2020: “Nos países democráticos, o povo *também* é responsável pelas decisões dos governantes.” (1989, p. 11, grifo no original).

\*\*\*

As origens do endividamento externo brasileiro remontam à própria constituição do país como nação independente, momento em que se assumiram as

obrigações portuguesas para com a Inglaterra em troca do reconhecimento da emancipação política em relação à metrópole ibérica. Conquanto o balanço de pagamentos tenha exposto a economia brasileira a constrangimentos perenes no decorrer de toda sua história pós-1822, foi a partir do final dos anos 1970 que a dívida externa se tornou óbice central para a condução de uma política econômica autônoma.

A estratégia de crescimento adotada durante o período posteriormente reconhecido como o “milagre econômico” (1968-1973) não viria desacompanhada de consequências onerosas. A expansão substantiva do PIB verificada no período (e que, em certa medida, justifica a distinção do epíteto místico) também resultou em aumento significativo da dependência externa do país. A ampliação da capacidade produtiva – com destaque para o setor de bens de consumo duráveis – resultou em demanda por insumos, petróleo e bens de capital não satisfeita pelo parque industrial brasileiro, subordinando, pois, o crescimento da economia à sua capacidade de importação.

A partir de meados dos anos 1960, o governo brasileiro passou a incentivar a tomada de recursos no exterior com dois objetivos principais: reforçar a capacidade de importação do setor produtivo e superar as limitações estruturais do sistema financeiro nacional. Os

expressivos e recorrentes déficits externos em que incorria a economia norte-americana aumentavam a liquidez internacional, fortalecendo o chamado mercado de “euromoedas” – depósitos de bancos norte-americanos em instituições financeiras que buscavam se desvencilhar da crescente regulação e fiscalização das autoridades monetárias dos Estados Unidos.

A captação de recursos externos no decorrer daquela década vigorou de maneira satisfatória até a eclosão da crise financeira que resultaria na ruína das regras monetárias e cambiais concertadas em Bretton Woods. A insustentabilidade dos déficits do balanço de pagamentos norte-americanos somada à concorrência das exportações da Europa e do Japão resultou na acumulação de dólares nos bancos centrais desses países (BELLUZZO, 2006). Impossibilitado de garantir a manutenção da paridade cambial estabelecida ao final da II Guerra<sup>3</sup>, o governo dos EUA suspendeu a conversibilidade direta do dólar em ouro em agosto 1971. Dois anos mais tarde, a primeira elevação abrupta do preço do barril do petróleo e a introdução do regime de taxas de câmbio flutuante em diversas economias europeias se pultariam em definitivo o acordo de 1944.

Apesar das atraentes condições de prazo e juros praticadas, a estratégia brasileira daquele período não pode ser considerada exata-

mente positiva. Para Cruz (1984), esteve envolta em um caráter eminentemente financeiro, uma vez que a parcela de maior relevância dos valores entrantes serviu, basicamente, para a formação das reservas internacionais do Banco Central. Furtado (1983) endossa parcialmente esta tese sob a ótica de sua arquiconhecida restrição ao consumo conspícuo, uma vez que os recursos captados durante o “milagre” financiaram o dispêndio não produtivo da crescente classe média e da elite social.

O cenário internacional pós-I choque do petróleo (1973) restringia as possibilidades de atuação dos *policymakers* brasileiros. Afastada a opção pelo ajuste defendida por parte da equipe econômica, o governo patrocinou, apoiado na liquidez propiciada pelos chamados “petrodólares”, um plano de investimentos em setores-chave da economia nacional que selaria o fim da industrialização substitutiva de importações – o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Pretendia-se “nada menos do que, de forma simultânea, concluir o ciclo de instalação da indústria pesada, acabar de internar a indústria de bens de capital e completar o parque industrial de insumos básicos e de bens intermediários; além de expandir os serviços de infraestrutura nos setores de energia, transportes e telecomunicações.” (TAVARES; ASSIS, 1985, p. 43).

A crise internacional não respondia apenas pela súbita e vertiginosa elevação do preço do combustível fóssil (200% em 1 mês). Paralela e inversamente ao aumento do valor do petróleo – insumo de difícil substituição no curto prazo –, os preços de parte expressiva da pauta de exportações brasileira sofriam quedas substanciais no mercado internacional (ABREU; FRITSCH, 1982). Conforme assinala Furtado (1981), o atraso das indústrias de base e a dependência em relação ao petróleo<sup>4</sup> enrijeciam a pauta de importações, dificultando qualquer tentativa de ajuste das transações correntes via balança comercial.

Os males decorrentes do aumento substancial da dívida externa observado entre o final da década de 1960 e meados da de 1970 podem ser delegados, de acordo com Furtado (1989), ao falso diagnóstico de que o período do “milagre” podia ser tomado como uma situação *normal*, refletindo traços permanentes do contexto internacional e da estrutura da economia brasileira. No contexto do “Brasil potência”, a erradicação da dependência estrutural do setor produtivo justificaria a estratégia de ampliação do endividamento externo, ao mesmo tempo que se negligenciava a entrada de recursos na forma de investimentos diretos.

Uma das principais características do endividamento exigido pelo II PND foi a utilização do setor

público como principal canal de captação de recursos forâneos. Se, por um lado, as empresas estatais contribuía para influenciar as condições de custo e de distribuição temporal da dívida, por outro, o biombo empregado pelo governo brasileiro resultou no sucateamento das empresas públicas, as quais foram empregadas de modo abusivo para cumprir as metas de um plano de desenvolvimento demasiadamente ambicioso (FURTADO, 1981). No esforço desenfreado de atrair divisas, o governo imprimiu à gestão das estatais um caráter de guerra: qualquer projeto de investimento seria considerado adequado desde que financiável via tomada de empréstimos no exterior.

Quando da eclosão da segunda crise do petróleo, no decorrer de 1979, os constrangimentos impostos pela dívida externa já comprometiam a condução de toda a política econômica nacional. Nas palavras de Furtado (1981, p. 51), “a situação dos centros de comando da economia brasileira era de semi-paralisia; quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial.” O regime dito “revolucionário” promovera inserção profunda da economia brasileira no sistema financeiro internacional a ponto de ter que reconhecer, anos depois, ter se tornado seu refém.

Os desdobramentos do novo aumento de 200% no preço do

combustível se fizeram sentir rapidamente em toda a economia mundial. Dada a vulnerabilidade a que as nações endividadas se expuseram em relação à política monetária norte-americana<sup>5</sup>, a escalada das taxas de juros básicas nos Estados Unidos e nos países da Europa Ocidental – com o intuito de desaquecer suas economias e de conter os impactos inflacionários – resultou em uma situação dramática para os países devedores. A consequente recessão no mundo industrializado agravou ainda mais os problemas do balanço de pagamentos das nações em desenvolvimento. Em primeiro lugar, por afetar diretamente a balança de serviços fatores; ademais, por atingir a própria balança comercial, uma vez que o choque monetário do *Federal Reserve* desencadeou a maior recessão já vivida pelos países industrializados desde o pós-Guerra, afetando, assim, a demanda pelos produtos que compunham a pauta de exportações brasileira (FURTADO, 1984).

Tão logo se percebeu a dimensão da crise, o ministro Delfim Netto patrocinou um ajuste externo por meio da redução da absorção interna, buscando gerar, assim, excedentes exportáveis. Para tanto, recorreu-se a uma política monetária restritiva que, se por um lado promoveu a contração dos investimentos, por outro estimulou as empresas a recorrerem ao mercado de crédito internacional, o que, por sua vez, convinha à tão necessária

atração de divisas em moedas conversíveis.

A tal conjuntura já fragilizada veio se somar o *crash* mexicano de agosto de 1982, quando o governo desse país anunciou oficialmente a sua inadimplência externa. O impacto do *default* do (àquele momento) maior devedor latino-americano paralisou o fornecimento de crédito voluntário aos países devedores. Conquanto a imersão da economia brasileira no mercado financeiro internacional tenha sido mais bem administrada do que os casos mexicano e argentino, a situação de todos os países devedores tornou-se dramática de setembro em diante. O fechamento das contas externas passou a requerer uma verdadeira operação de salvamento, ocasião em que os chamados empréstimos-ponte<sup>6</sup> fornecidos por organismos multilaterais, como o Fundo, o BIS (*Bank for International Settlements*), o Tesouro norte-americano e pelos próprios bancos comerciais se fizeram fundamentais para se evitar um efeito dominó de moratórias (MALAN, 1983).

O socorro formal ao FMI, porém, mostrava-se inescapável. Ainda assim, o governo brasileiro, de posse da calculadora político-eleitoral, adiou qualquer anúncio de aproximação com o Fundo para depois das eleições de outubro de 1982 a fim de não se mostrar fragilizado no momento da eleição do Congresso Nacional que escolheria

o próximo presidente da República. Nesse sentido, explica Furtado (1983) que os países que negociam o fazem em situação de pré-insolvência, oferecendo aos banqueiros posição de força; obra do acaso, o Brasil optara justamente pelo momento mais inadequado para assumir a renegociação de seus débitos. Nos termos de Tavares e Assis (1985), o governo brasileiro fora “apanhado de surpresa (pela moratória do México), incapaz ideologicamente de vislumbrar um projeto alternativo e sem base política para propô-lo, a equipe econômica perdeu totalmente a iniciativa até capitular diante do FMI.”

Na mesma ocasião, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a famigerada “Programação do Setor Externo para 1983”. Tratava-se, basicamente, da elevação a graus asfixiantes das medidas recessionistas adotadas havia dois anos. O plano estipulava a geração de superávit comercial na ordem de US\$ 6 bilhões, de modo que as importações deveriam ser comprimidas a US\$ 17 bilhões e as exportações elevadas a US\$ 23 bilhões. Tais resultados representariam uma contração de 17% nas primeiras e um aumento de 9,5% nas segundas (ARIDA, 1982).

As metas expostas no documento foram duramente recriminadas como inexecutáveis. O “teto” atingido pelas exportações devia-se à retração da demanda nos mercados consumidores e aos preços

relativos dos produtos nacionais, e não a motivos conjunturais de fácil superação (CARNEIRO, 1992). Já para as importações, reprimir a aquisição de bens e serviços do exterior a tal monta mostrar-se-ia empenho de ônus conhecidos, uma vez que, além de o nível das importações declinar havia anos<sup>7</sup>, não se observara tamanha contração nas duas décadas anteriores.

A reprovação ao diagnóstico da equipe econômica granjeou raro consenso entre os economistas. Para Lago (1982), soaria factível elevar as exportações àquele patamar fossem outras as condições da demanda externa que não as que se vislumbravam para o ano corrente. Quanto às importações, o objetivo resultaria em um claro sacrifício à já combalida economia do país.<sup>8</sup> Bacha (1983, p. 89) argumentava que não era preciso “ser um fiscalista fanático para compreender o que tamanha contração fiscal significaria em termos de redução do nível de atividade e do emprego”. Para Mello e Belluzzo (1983), a contração draconiana da absorção interna não seria a solução para a economia brasileira, dado que não se estava diante de um problema de liquidez, mas de uma crise de solvência. Tratava-se, para os autores, de medida “criminosa” pagar a dívida pela ampliação continuada dos saldos da balança comercial, obtida à custa de recessão permanente. Para Malan (1982, p. 108), o cunho estrutural do estrangulamento externo impedia a sua supe-

ração por meio da recessão programada para 1983, “como sugeriam os mal-informados, os malformados, ingênuos e os engenhosos otimistas-por-dever-do-ofício.” Até mesmo o reconhecidamente contido ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, concordava que a política econômica adotada era “socialmente injusta e economicamente ineficiente.” (apud TAVARES; ASSIS, 1985, p. 82).

Celso Furtado corroborava esse entendimento ao aludir ao caráter estrutural da crise global, cuja solução não viria, portanto, de medidas monetárias e fiscais de contração da demanda no curto prazo. Para o autor, não haveria em parte alguma quem fosse “suficientemente ingênuo para crer que o Brasil iria pagar sua enorme dívida externa com magros saldos de balança comercial obtidos à custa da estagnação econômica”, uma vez que, “ninguém de bom senso e com um mínimo de espírito público poderia aceitar que a recessão fosse uma solução para os problemas brasileiros em face da crise mundial.” (1983, p. 14).

Se após três anos de contração o ajustamento logrou a geração de vultosos superávits comerciais, a estratégia recessiva “sugerida” pelo FMI não veio desacompanhada de ônus de difícil superação. De acordo com Camargo e Ramos (1990), o êxito da política do último governo militar repousou sobre a redução do investimento público

e a desvalorização cambial, cujos resultados mais visíveis foram a conhecida queda expressiva nos salários reais e o aumento substancial dos níveis de desemprego.

\*\*\*

Com o intuito de elucidar a mais grave crise por que passava a economia brasileira em cinco décadas, Celso Furtado publicou, em julho de 1989, a obra a que se fez referência na introdução deste texto. Se curto do ponto de vista do número de páginas (64), não se pode dizer que o livreto tenha passado incólume pelo debate entre os gestores da dívida externa brasileira.

Dividido em dois capítulos, além da introdução – *Para entender o imbróglia e Que fazer?* –, Furtado concentra suas críticas na subserviência com o que os governos brasileiros se antepunham frente ao comitê de assessoramento dos bancos credores<sup>9</sup> e, sobretudo, ao Fundo Monetário Internacional. Indo além, o autor apresenta alternativas, expondo os detalhes de cada medida que, em sua visão, poderiam solucionar o problema da crise externa.

A já referida crítica que Furtado guarda ao regime militar pela situação de vulnerabilidade externa em que se encontrava o país embasava-se na ilegitimidade com que um governo que não fora eleito democraticamente assumiu tamanha exposição.<sup>10</sup> Apesar de não

sugerir explicitamente uma auditoria da dívida, Furtado questiona se as importações de petróleo ou os projetos de desenvolvimento justificariam, de fato, um endividamento tão profundo e em tão pouco tempo. Afinal, o Brasil devia, em 1987, aproximadamente 100 bilhões de dólares, o que o distinguia como o maior devedor do mundo.

O livro concentra a crítica de Furtado ao que ele classifica como a “receita única” do FMI<sup>11</sup>, “concebida para aplicação por governos autoritários” (p. 14): compressão da absorção interna com vistas à geração de excedentes exportáveis, robustecidos por desvalorizações reais da taxa de câmbio, as quais, por sua vez, concorrem para concentrar ainda mais a renda a fim de se elevar a propensão marginal à poupança. Além disso, pregava-se uma política fiscal austera e uma política monetária contracionista, pois assim reduziriam o consumo e elevariam a poupança.

Como alternativa, Furtado sugeria que o governo reivindicasse uma melhor distribuição temporal dos encargos da dívida de modo a mitigar o esforço de atração de divisas, notadamente por meio das exportações. Para tanto, reconhecia a necessidade de se contar com a cooperação internacional – tanto dos bancos credores quanto dos governos dos países-sede de tais instituições financeiras. Se acatada, Furtado acreditava que o acordo provar-se-ia profícuo para

todos os atores envolvidos na negociação: (1) o ritmo do crescimento dos gastos em consumo seria reduzido; (2) a taxa de investimento se manteria ao nível da taxa de poupança interna; e (3) a participação das exportações e da poupança no PIB se elevaria, mas permaneceria estável a relação importações/PIB.

Nesse sentido, Furtado apontava para o aspecto político do imbróglio econômico. Em obra publicada em 1987 (p. 75), o autor já aludia ao balizamento que os governos nacionais – em especial, o norte-americano – passaram a oferecer aos banqueiros de maneira a justificar a extrapolação da negociação para além da esfera econômica: “Os bancos já não atuam isoladamente e dificilmente se afastam das linhas definidas pelo governo. Não se deve ignorar esse aspecto político do problema.”

Não se tratava de um confronto en-simesmado. Economista de vasta e reconhecida atuação internacional, Celso Furtado não minimizava os meandros da boa conduta diplomática. Ciente estava de que, nas relações internacionais, “os países fortes podem escolher entre cooperação e confrontação. Os fracos não têm esse direito de escolha. Cabe-lhes dançar conforme a música que impõem os fortes [...]. A verdade é que o Brasil somente sairá da situação a que se deixou levar, de quase imobilismo interno e externo, mediante um considerável esforço próprio. Não se trata

de buscar a confrontação internacional, e sim de reconhecer que ela nos foi imposta.” (1989, p. 59). Sugeriria, assim, todo o comprometimento da economia nacional para honrar a sua dívida; empenho, este, que não poderia ultrajar as possibilidades e o bem-estar da população brasileira, porém.

Isto posto, se se pudesse sumarizar sua proposta para a superação do óbice externo, ela deveria conjugar a redução dos recursos líquidos remetidos ao exterior – via fixação dos juros em patamares modestos, como os cobrados pelo Clube de Paris (1989, p. 60) – somada à retomada dos investimentos produtivos, fossem privados ou públicos. Daí a crítica tecida à utilização das empresas estatais como pretexto para captação de divisas, estratégia pouco republicana que as levou ao sucateamento operacional e à inviabilidade financeira.

Conquanto defensável, havia algo de retórico no cerne de sua argumentação contra a suposta inutilidade do esforço recessionista. Em seu silogismo, o sacrifício da dívida externa era pago duplamente: pela transferência de recursos líquidos enviados ao exterior e pela queda na produção e no consumo interno (1989, p. 36). Em analogia didática, entendia que a estratégia do FMI daria “por assentado que o país e sua sociedade são objetos plásticos, similares a bolas de borracha capazes de amoldar-se a pressões exercidas com suficiente energia

[...]. Aperta-se mais a bola do que o necessário, mediante processo recessivo, o que significa que se paga a dívida em dobro: com o que se manda para fora e com o que se deixa de produzir em razão da recessão.” (1989, p. 50).

Indo além, Furtado delegava ao próprio estrangulamento externo a recalcitrante espiral inflacionária – ignorando o debate acerca do caráter inercial da carestia brasileira. Seu argumento repousava sobre o descasamento entre oferta e demanda por moeda: ao financiar o serviço da dívida externa com emissão de títulos de total liquidez, o governo desconsiderava que o corte da oferta provocado pela transferência de recursos para o exterior não encontrava contrapartida de contração da demanda monetária interna (1989, p. 36). Traduzido para o português, tratava-se da infração sempre penalizada pela velha identidade da teoria quantitativa da moeda.

Por fim, se se pudesse apontar eventuais fragilidades da obra, a ausência de qualquer referência à moratória declarada em fevereiro de 1987 seria a principal delas. Se desconfortável para apreciar medida adotada por governo do qual ele mesmo fizera parte ou se buscava refúgio em certa neutralidade para invocar mais credibilidade à sua análise (e, conseqüentemente, às suas propostas), o fato é que, mais de 2 anos após a ruptura, o autor poderia ter incorporado as reper-

cussões e, sobretudo, os aprendizados do exercício de soberania em sua análise.

Ainda assim, Furtado não excluía por completo a medida extrema como estratégia de negociação. Ainda que evitável, o autor recorria a argumentos de cunho nacionalista para fundamentar a opção pela suspensão dos pagamentos: “Ninguém duvida que a solução para o problema da dívida do Brasil terá de assumir os moldes das experiências registradas no passado, mas têm faltado ao governo de nosso país decisão e firmeza para encaminhar a solução do problema de forma a explicitar aos credores os limites do sacrifício que pode aceitar o povo brasileiro.” (1989, p. 49).

A impossibilidade física de se manter a pontualidade dos encargos financeiros comprometia não apenas a economia nacional, pois, mantida a política de submissão aos interesses dos credores, chegaria “o momento em que o serviço da dívida terá de ser suspenso por inanição da economia devedora.” (1989, p. 51). Evocava-se, portanto, a própria integridade da economia do país. É nesse sentido que se pode argumentar que o problema da dívida externa era, para Celso Furtado, uma questão nacional: a crise representava uma “ameaça ao processo de formação da nacionalidade brasileira” (1989, p. 60). Àquele momento, “já não havia tempo para nos interrogarmos

sobre o que somos. Importa agora saber o que seremos.” (1989, p. 64).

Sábias, por atemporais e prementes, as palavras do mestre Celso Monteiro Furtado.

## Referências

ABREU, Marcelo de P.; FRITSCH, W. As lições da história: 1929-33 e 1979-8? In: ARIDA, Persio (Org.). **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ARIDA, P. Austeridade, Autotelia e Autonomia. In: ARIDA, Persio (Org.). **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BACHA, Edmar L. Por uma política econômica positiva. In: ARIDA, Persio (Org.). **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. Prólogo para a terceira carta. In: MELLO, João Manuel C. de; BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. (Orgs.). **FMI x Brasil.** A armadilha da recessão. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1983.

BADO, Alvaro R. L. **Repensando a dívida externa brasileira no período da Nova República:** análise da moratória até o processo de redução da dívida. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. **Política Econômica em Foco,** Campinas, n. 7, p. 24-41, nov. 2005/abr. 2006.

BRANT, Celso. **Quem tem medo da moratória?** Rio de Janeiro: Riquel, 1986.

CAMARGO, José Márcio; RAMOS, Carlos Alberto. **A revolução indesejada: o Plano**

Cruzado e o mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARNEIRO, Dionísio D. Crise e esperança. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). **A ordem do progresso.** Cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRUZ, Paulo Roberto D. C. **Dívida externa e política econômica.** A experiência brasileira dos anos 70. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FURTADO, Celso M. **O Brasil pós-“milagre”.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Não à recessão e ao desemprego.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **Transformação e crise na economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **ABC da dívida externa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LAGO, Luiz A. C. do. A programação do setor externo em 1983: uma breve análise crítica. In: ARIDA, Persio (Org.). **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MALAN, Pedro S. Recessão e Renegociação. In: ARIDA, Persio (Org.). **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. A questão externa. In: MELLO, João Manuel C. de; BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. (Orgs.). **FMI x Brasil.** A armadilha da recessão. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1983.

MELLO, João Manuel C. de; BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. Introdução. In: MELLO, João Manuel C. de; BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. (Orgs.). **FMI x Brasil.** A armadilha da recessão. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1983.

TAVARES, Maria da C. T.; ASSIS, José Carlos de. **O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

- 1 Quando instado pelo jornalista Alexandre Garcia, em janeiro de 1985, a emitir uma mensagem de despedida à nação, o ditador João Baptista Figueiredo desejou sucesso ao presidente eleito Tancredo Neves, ressaltando, ao final de sua fala, o que esperava do povo brasileiro: “E que me esqueçam.”
- 2 Diversas são as passagens em que Furtado utilizou-se de predicados não exatamente elogiosos para ressaltar a responsabilidade dos governantes pela crise que acometia o país: “A situação a que foi levado o país por administradores incompetentes ou pusilânimes...” (p. 40), “A competência e a dignidade são atributos necessários aos governantes, mas é a coragem que instila nesses atributos o poder de realizar grandes ações.” (p. 42) e “Infelizmente, não é comum que os dirigentes que conduzem um país a uma tragédia sejam chamados à responsabilidade pelos povos sacrificados.” (p. 52).
- 3 Acordou-se em 1944 que o governo norte-americano garantiria a equivalência de uma onça troy (ou 31,103 gramas) de ouro por US\$ 35. Mas o tempo demonstrou a inviabilidade da manutenção dos déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos com a paridade dólar-ouro. Uma década após o colapso de Bretton Woods, a mesma onça do metal precioso atingiu o valor de US\$ 875.
- 4 Na época, importava-se aproximadamente 80% do petróleo consumido no Brasil (BADO, 1991).
- 5 Deve-se esse choque exógeno ao mecanismo que regia a maior parte dos contratos de empréstimos realizados por tomadores brasileiros: a flutuação das taxas de juros. Prática dominante no mercado financeiro internacional, os juros pós-fixados eram reajustados em uma base trimestral ou semestral, de acordo com a evolução da LIBOR e da *Prime-rate* (FURTADO, 1981). No caso brasileiro, aproximadamente 77% da dívida externa havia sido contratada nessa modalidade, o que passou a refletir diretamente na maciça transferência de recursos líquidos ao exterior.
- 6 Mecanismo de emergência que consistia na contratação de novos empréstimos, a custos significativamente mais altos, para honrar pontualmente os juros devidos por empréstimos passados (BACHA, 1983).
- 7 Não se podia ignorar que, naquele momento, tratava-se do Brasil um país de coeficiente de importações extremamente baixo. Segundo Furtado (1983), o valor das importações em 1982 correspondeu a 7,6% do PIB, fração que demonstrava a sua elevada essencialidade.
- 8 Bacha (1982) estimou que cada dólar economizado na importação de bens de capital custaria uma diminuição equivalente a cinco dólares na produção nacional.
- 9 Compunham o comitê de assessoramento representantes de 14 bancos estrangeiros, sendo sete norte-americanos e mais um integrante de cada instituição dos seguintes países: Canadá, Japão, Inglaterra, França, Alemanha, Suíça e Arábia Saudita.
- 10 Rudi Arndt, vice-presidente da bancada socialista no parlamento europeu e ex-prefeito de Frankfurt, defendia que governos democráticos da América Latina não deveriam assumir a dívida contraída por regimes ilegítimos ou ditaduras (BRANT, 1986).
- 11 Crítico da liderança exercida pelo FMI, diversas foram as oportunidades em que Celso Furtado reprovou a atuação do Fundo na prescrição de políticas econômicas: “o FMI sobreviveu como instrumento de tutela de países inadimplentes. Representa um progresso considerável com respeito à época em que os credores mandavam navios de guerra para ocupar as aduanas de países devedores em default. Mas o espírito é o mesmo: submeter a controle um Estado que se considera incompetente para gerir os próprios negócios.” (1981, p. 83). “Mas a verdade é que a situação esdrúxula desse órgão [FMI] faz que o sistema das Nações Unidas se encontre destituído de meios para enfrentar o mais grave problema da economia internacional.” (1987, p. 74, grifo nosso.) “A experiência que adquiri no trato das políticas de desenvolvimento e na observação da atuação do FMI me autoriza a afirmar que essa instituição não dispõe da competência necessária para orientar o Brasil na busca de uma saída para a grave crise que enfrenta atualmente.” (1987, p. 174).

(\*) *Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (PPGDE/UFPR). (E-mail: ivansalomao@gmail.com).*